

Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias

Amanda Aparecida Marcatti¹, Ivana Cristina Lovo², Edneila Rodrigues Chaves³, Pedro Henrique Chaves Pessanha⁴

Resumo

Este artigo aborda a expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias”, uma viagem interdisciplinar realizada em 2024 por educadores, pesquisadores e estudantes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), bem como profissionais alemães, que fizeram um percurso por territórios e comunidades do rio Jequitinhonha, da nascente à foz. A “pedagogia da viagem”, embasada em *el camino se hace al caminar*, fundamentou o planejamento da expedição, cujo objetivo foi promover atividades universitárias de ensino e extensão. Na perspectiva metodológica, ela se estruturou em três etapas: formação (planejamento, preparativos), vivência (realização da viagem) e retorno (reflexão, reelaboraões das vivências, novas atividades). Como resultados e conclusão, realizou-se a primeira e significativa atividade acadêmica da UFVJM, que percorreu territórios do rio Jequitinhonha em toda a sua extensão (Minas Gerais-Bahia), com atenção à inserção social da Instituição no Vale do Jequitinhonha. As atividades de formação e extensão com as comunidades ressignificaram os territórios do rio, compreendidos como integrados da sua nascente à sua foz; promoveram vivências formativas acadêmicas e comunitárias, em perspectivas de saberes situados e crítica aos processos de reprodução das desigualdades sociais; bem como demonstraram seu potencial para a geração de novas atividades, imbuídas desses pressupostos.

Palavras-chave

Território. Expedição pedagógica. Ensino. Extensão. Vale do Jequitinhonha.

¹ Doutora em Conhecimento e Inclusão Social em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil. E-mail: amanda.marcatti@ufvjm.edu.br.

² Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil; pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil. E-mail: ivana.lovo@ufvjm.edu.br.

³ Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; pós-doutorado pela mesma instituição; professora na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil. E-mail: edneila.chaves@ufvjm.edu.br.

⁴ Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; professor na Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil. E-mail: pessanhahpc@gmail.com.

From the source to the mouth of the Jequitinhonha River: weaving wisdom

Amanda Aparecida Marcatti¹, Ivana Cristina Lovo², Edneila Rodrigues Chaves³, Pedro Henrique Chaves Pessanha⁴

Abstract

This article discusses the pedagogical expedition “From the source to the mouth of the Jequitinhonha River: weaving wisdom”, an interdisciplinary journey undertaken in 2024 by educators, researchers, and students from the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys (UFVJM), in Brazil, as well as German professionals, who traveled through the territories and communities along the Jequitinhonha River, from its source to its mouth. The “pedagogy of travel”, based on *el camino se hace al caminar*, formed the basis for the expedition’ planning, aiming to promote university teaching and outreach activities. Methodologically, it was structured in three stages: formation (planning, preparations), experience (the journey), and return (reflection, reworking of experiences, new activities). As a result, the first academic activity of UFVJM was carried out, covering the entire length of the Jequitinhonha River (Minas Gerais-Bahia, Brazil), strengthening its social integration in the Jequitinhonha Valley. The training and outreach activities with the communities redefined the river’s territories, understood as integrated from their source to their mouth; they promoted academic and community-based learning experiences, grounded in situated knowledge and a critical perspective on the processes that reproduce social inequalities; and they demonstrated their potential for generating new activities imbued with these premises.

Keywords

Territory. Pedagogical expedition. Teaching. Outreach. Jequitinhonha Valley.

¹ PhD in Knowledge and Social Inclusion in Education, Federal University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, State of Minas Gerais, Brazil. Email: amanda.marcatti@ufvjm.edu.br.

² PhD in Humanities, Federal University of Santa Catarina, State of Santa Catarina, Brazil; postdoctoral degree in Education, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, State of Minas Gerais, Brazil. Email: ivana.lovo@ufvjm.edu.br.

³ PhD in History, Fluminense Federal University, State of Rio de Janeiro, Brazil; postdoctoral degree at the same institution; professor at the Federal University of the Jequitinhonha and Mucuri Valleys, State of Minas Gerais, Brazil. Email: edneila.chaves@ufvjm.edu.br.

⁴ PhD in Psychology, Pontifical Catholic University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; professor at the State University of Minas Gerais, State of Minas Gerais, Brazil. Email: pessanhaphc@gmail.com.

Introdução

O rio Jequitinhonha constitui um importante curso d'água que percorre os estados de Minas Gerais (MG) e da Bahia (BA), no Brasil, carregando consigo não apenas as águas que irrigam as regiões, mas histórias e significados profundos. Sua bacia hidrográfica abrange uma área de 70.315 km², distribuída predominantemente em MG (66.319 km²) com uma parcela menor na BA (3.996 km²) (Gonçalves, 1997). O nome do rio, por si só, evidencia a presença marcante dos povos originários nesses territórios, tendo sido cunhado a partir da língua do povo Maxakali, traduzindo-se como “rio largo cheio de peixes”.

O rio Jequitinhonha nasce no município de Serro/MG, na Serra do Espinhaço/MG, e segue em direção ao nordeste até desaguar no litoral baiano, no município de Belmonte/BA. Ao longo desse percurso, ele recebe contribuições de importantes afluentes: pela margem esquerda, destacam-se os rios Itacambiruçu, Salinas, São Pedro e São Francisco; enquanto, pela margem direita, somam-se as águas dos rios Araçuaí, Piauí e São Miguel (Souza; Stocco; Sulzbacher, 2024).

A bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha acolhe uma diversidade de municípios com seus povos, saberes e fazeres que expressam a riqueza material e imaterial das comunidades rurais e urbanas presentes em suas margens e seus afluentes, abrigando relevante diversidade ecológica inserida nos biomas da Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga e Campo Rupestre. Essa rede hidrográfica não apenas sustenta ecossistemas, como molda a vida das comunidades que vivem em seu percurso, demarcando a intrínseca relação entre natureza e cultura na região do rio Jequitinhonha. Entretanto, esse mesmo território, historicamente constituído por uma riqueza de povos tradicionais, como comunidades quilombolas, indígenas, coletores de flores sempre-vivas, ribeirinhos, artesãos, agricultores camponeses e seus familiares, estruturou-se em uma relação desigual de acesso à terra e às políticas sociais.

Nesse cenário, embebido no ideal *el camino se hace al caminar*, que fundamenta a concepção formativa da “pedagogia da viagem” (Santos, 2018), um coletivo de pessoas percorreu lugares e comunidades da bacia do rio Jequitinhonha, durante 8 dias (de 14 a 21 de novembro de 2024). Esse grupo foi formado por pesquisadores, professores e estudantes do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGer), do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas (PPGCH) e do Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, vinculados à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Além disso, constituiu-se por estudantes de graduação da Licenciatura em Geografia e em Educação do Campo – vinculada à UFVJM –, bem como

representantes da causa indígena e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de um grupo de profissionais da Alemanha. Essa ação se concretizou como a primeira expedição pedagógica da UFVJM, intitulada “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias”, de caráter multidisciplinar e interinstitucional, objetivando buscar, no diálogo de saberes, perpassar ambientes que revelam as lutas sociais, com a disposição de fortalecer ações de ensino e extensão comprometidas com a justiça social.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar e compartilhar a expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias”, que se constituiu em uma ação universitária de ensino e extensão, comprometida com os territórios, pessoas, comunidades e povos em sua diversidade e modos de ser, existir e produzir o Vale do Jequitinhonha. Para tanto, o artigo se organiza em duas seções: na primeira, apresentamos alguns aspectos sócio-históricos dos territórios do rio Jequitinhonha, bem como os princípios da educação popular que fundamentaram a construção da expedição. Segue-se, na segunda seção, relatos e análises da experiência da expedição e suas contribuições para as ações de ensino e extensão.

Considera-se, portanto, que este artigo constitui-se como um espaço de análise, síntese e reflexão acerca de uma práxis educativa enraizada em seu território de inserção. A partir da ação coletiva entre pesquisadores, educadores, educandos e povos do rio Jequitinhonha, busca-se tensionar discursos hegemônicos relacionados ao desenvolvimento e aos modos de vida na região. Em diálogo com os princípios da educação popular, o texto pretende contribuir para o debate proposto neste dossiê – “Saberes insurgentes e práticas populares diante da crise climática e do colapso civilizatório” – ao refletir acerca dos desafios contemporâneos ligados à crise climática e ao chamado “colapso civilizatório”, tomando como referência as lutas sociais evidenciadas ao longo do percurso territorial realizado durante a expedição.

Pressupostos teóricos: os territórios do rio Jequitinhonha

Os processos de ocupação colonial dos territórios do rio Jequitinhonha iniciaram-se no século 16, impulsionados por expedições em busca de pedras preciosas (Pereira, 1969). A partir do século 18, a descoberta de diamantes no Arraial do Tijuco (atual Diamantina/MG) e de ouro em MG intensificou a migração colonial, acarretando conflitos entre os colonos e povos originários da região, como os Guerén, Endjerecmun ou Cracmun – grupos indígenas pejorativamente denominados “Aimorés” ou “Botocudos” devido a seus adornos corporais e a características físicas (Soares, 2010).

De modo geral, povos que falavam uma língua comum e ocupavam predominantemente as áreas baixas das bacias dos rios Jequitinhonha e Doce destacaram-se como principais resistências à invasão europeia, organizando-se contra a expropriação de seus territórios (Silva, 2007; Cunha, 1987). A resistência indígena, portanto, configurou-se como um elemento central nos embates decorrentes da expansão colonial na região. A “Guerra Justa”, ocorrida em 1808 e decretada pelo governo colonial português, legitimou a escravização indígena e a expropriação de terras, consolidando uma estrutura agrária desigual (Raminelli, 1996). Uma das primeiras políticas coloniais de “desenvolvimento” para a região, que posteriormente se constituiria no Vale do Jequitinhonha, consistiu em incentivar o povoamento, anistando dívidas, concedendo isenção de impostos e distribuindo sesmarias aos colonos que se fixassem no local, permitindo o uso do trabalho escravo dos chamados “índios ferozes” (Souza; Stocco; Sulzbacher, 2024).

A crise da mineração no século 19 em MG, agravada pela descoberta de diamantes na África do Sul e por mudanças legais (Martins, 2008), levou à transição econômica para as atividades de agricultura e de pecuária. A mineração persistiu como atividade complementar, enquanto a pecuária expandiu-se, especialmente no Alto Jequitinhonha (tendo Pedra Azul/MG como centro) e no Baixo Jequitinhonha, com o avanço de fazendas sobre as terras camponesas (Miranda, 2013; Moura, 1988). Esses movimentos geraram conflitos fundiários e êxodo rural, moldando uma sociabilidade marcada por violência e hierarquias (Souza, 2022).

No início do século 20, em 1941, ocorreu a regionalização da bacia do Rio Jequitinhonha, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) realizou a sua divisão em microrregiões – Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha, abrangendo 59 municípios da nascente, na Serra do Espinhaço (Serro/MG), até desaguar no município de Belmonte/BA. O termo “Vale do Jequitinhonha” surgiu em 1964 com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale) – órgão estatal vinculado a políticas nacionais de desenvolvimento (Servilha, 2012). A região foi delimitada com base em diagnósticos estatais que enfatizavam a pobreza e o “atraso”, ignorando a heterogeneidade e as conexões históricas com circuitos econômicos nacionais (Ribeiro, 2008; Leite, 2014).

A Codevale promoveu, na região, intervenções alinhadas ao projeto nacional de industrialização, utilizando discursos de “desequilíbrios regionais”. Diagnósticos como o Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha, produzido em 1960, e relatórios do Projeto Rondon, de 1969, estereotipavam a região como “rural”, “arcaica” e “isolada”, ocultando conflitos sociais e outros modos de vida das comunidades e populações rurais (Servilha, 2012; Silva, 2007). A mídia reforçou dicotomias como “Vale da Miséria” e “Vale da Riqueza”

(riqueza cultural), enquanto políticas econômicas incentivaram monoculturas de eucalipto e infraestrutura de rodovia (BR-116), beneficiando elites agrárias e empresas (Santos, 2018).

Após meados do século 20, transformações urbano-industriais pelas quais o país enfrentava impactaram a vida dos trabalhadores do campo. No Vale do Jequitinhonha, em relação à abrangência da questão fundiária, áreas de chapadas – utilizadas de forma comunal pelos agricultores em atividades de criação de gado e de extrativismo de plantas, como frutos, raízes e folhas – foram diretamente impactadas por iniciativas governamentais do período, que interferiram nos modos de vida das populações rurais dessa região.

No decorrer das décadas de 1970 e de 1980, consoante ao Segundo Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND), durante o governo de Ernesto Geisel, e à expansão da indústria siderúrgica no centro-sul mineiro, fomentaram-se planos de reflorestamento no Vale do Jequitinhonha. O reflorestamento, com a monocultura do eucalipto, expandiu-se pelas áreas de cerrado da alta e média bacia do rio Jequitinhonha. Nesse novo modelo, extensas áreas das chapadas foram ocupadas, as quais antes eram utilizadas por comunidades rurais do seu entorno (Gonçalves, 1997).

Na região do Cerrado, nesse período, uma parcela significativa dos agricultores tradicionais perdeu suas propriedades e o acesso às terras comunais, resultando em profundas transformações na estrutura fundiária local. Esse processo acentuou os fluxos de migração rural e intensificou a concentração de terras nas chapadas, confinando progressivamente os pequenos produtores às áreas mais baixas dos vales, conhecidas como “grotas”, onde predominavam propriedades de pequeno porte com menor fertilidade do solo e dificuldades de acesso à água. Em contraposição, uma quantia considerável das terras nas áreas elevadas foi destinada à monocultura do eucalipto, contrastando com a fragmentação das pequenas propriedades nos vales, evidenciando um padrão de ocupação territorial marcado pela exclusão e pela perda de autonomia dos agricultores familiares.

Como resultado desses processos de iniciativas governamentais, que implementaram na região esse modelo de desenvolvimento fundamentado em um discurso de “desenvolvimento” para o “Vale da Miséria”, foram observadas consequências socioambientais nefastas para as populações, como redução de áreas de plantio, assoreamento de veredas e de lagos, redução do volume das águas nos córregos e nascentes, diminuição da disponibilidade dos alimentos obtidos por meio do extrativismo no cerrado, expropriação de terras e expulsão de trabalhadores do campo (Lima, 2010). Na atualidade, dois grandes empreendimentos marcam a lógica desenvolvimentista do capital na bacia do rio Jequitinhonha: a Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek (UHE Irapé/MG) e a Usina Hidrelétrica de Itapebi/BA.

Construída pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) a partir de 2002, a UHE Irapé alagou 7 municípios mineiros, deslocando aproximadamente 5 mil pessoas e alterando drasticamente a vida de comunidades rurais. Apesar da resistência organizada, que garantiu alguns direitos aos atingidos, o projeto gerou perdas socioeconômicas e culturais irreparáveis com a justificativa do desenvolvimento regional. Estudos apontam que, além do colapso dos modos de vida camponeses, a usina enfrenta queda na geração de receitas de compensação financeira, aprofundando as contradições de seu legado (Freitas; Oliveira; Sousa, 2013; Costa; Galizoni, 2022).

A Usina Hidrelétrica de Itapebi/BA, embora localizada no afluente Jequitinhonha-Mirim (BA), impactou diretamente a dinâmica hídrica e social da bacia. Projetada para abastecer o Polo Petroquímico de Camaçari/BA, inundou áreas urbanas e rurais em Salto da Divisa/MG, bem como três municípios baianos, provocando reassentamentos e conflitos socioambientais. A alteração no regime do rio afetou a pesca tradicional, evidenciando como projetos fora do curso principal reproduzem a violência territorial do modelo energético (Alves; Teixeira, 2021).

A bacia do rio Jequitinhonha e sua região de inserção configuram-se, contemporaneamente, como territórios marcados por tensões e disputas sociais. De um lado, observam-se processos de imposição de modelos hegemônicos de desenvolvimento; de outro, emergem as lutas de populações locais e regionais que constroem alternativas ancoradas em seus modos de vida e na relação com o território. Nesse contexto, destaca-se uma expressiva produção de arte, cultura e alimentos, oriundos da agricultura familiar, que expressam formas próprias de uso do espaço e de interação com a natureza.

Nesse horizonte, a diversidade produtiva – como o cultivo de feijão, mandioca, milho, hortaliças e frutas, assim como a produção de mel associada à criação de pequenos animais – contribui para a segurança alimentar, para o sustento das famílias e para a continuidade de saberes e práticas tradicionais. Soma-se a essas experiências o trabalho das apanhadoras de flores sempre-vivas, o manejo de plantas medicinais e a produção artesanal em cerâmica, madeira e fibras naturais, especialmente no fazer das paneleiras e dos bonequeiros, expressões que revelam a criatividade e a resistência cultural do povo do Jequitinhonha.

À luz dos princípios da educação popular, tais experiências são compreendidas como saberes legítimos, produzidos nas práticas sociais e nas relações com o território. Inspiradas pela perspectiva freireana, parte-se do princípio do diálogo e da horizontalidade, segundo o qual a relação entre educador e educando se estabelece como um processo de troca e construção coletiva do conhecimento, pois “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os

homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68). Nessa direção, a problematização da realidade constitui-se como elemento central do processo formativo, uma vez que toma como ponto de partida as experiências, os conflitos e as contradições vividas pelos sujeitos, transformando-os em objeto de reflexão crítica e de ação transformadora – a práxis educativa (Freire, 1987; 1996).

Nesse sentido, a educação popular se fundamenta na valorização dos saberes populares, reconhecendo as experiências, a cultura e a ancestralidade das classes populares como conhecimentos legítimos que dialogam com os saberes acadêmicos na produção de novas compreensões sobre o mundo. Esse processo formativo é igualmente atravessado pela amorosidade e pela afetividade, compreendidas como dimensões ético-políticas do ato educativo, nas quais o respeito, o cuidado e a sensibilidade constituem condições fundamentais para a construção do conhecimento e das relações humanas (Freire, 1996).

Nesse horizonte, a expedição pedagógica pelo rio Jequitinhonha foi concebida como uma experiência formativa orientada pela busca da emancipação e da autonomia dos sujeitos, entendidas como processos de desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade de atuação coletiva na transformação das realidades sociais. Ao percorrer o território, dialogar com seus povos e reconhecer a riqueza de seus saberes e práticas, educadores e educandos se inserem em um movimento de aprendizagem compartilhada, que articula reflexão e ação e reafirma o compromisso da universidade com práticas de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a justiça social, uma vez que não basta ler sobre o território em que estamos inseridos, é necessário vivê-lo, conhecê-lo, senti-lo, cheirá-lo, tocá-lo e estar criticamente imerso nele.

Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias

Este trabalho foi ancorado na perspectiva do diálogo e da comunicação como bases do processo educativo, como apontam Freire (1983) e Ingold (2020), ao postularem que a educação é uma prática de atenção por meio da qual o conhecimento é gerado e continuado. Consoante a esses pressupostos, a expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias” foi sonhada e planejada para oportunizar aos participantes a experiência de praticar a atenção e ampliar as percepções sobre a continuidade, especificamente entre os processos educativos e de vida, que não se configuram como processos individuais, mas sociais. A convivência entre os viajantes, as vivências com as comunidades, os lugares visitados, bem como as passagens e paradas pelo percurso constituíram momentos de atenção, percepção, comunicação e partilha que possibilitaram aos sujeitos envolvidos conectar e produzir

conhecimentos a partir da experiência em curso, ancorados em um trabalho processual, do caminho feito ao caminhar (Diamond; Jones, 2004).

Partimos, assim, do pressuposto de que a expedição pedagógica pelo rio Jequitinhonha não se iniciou nem se findou com os deslocamentos físicos realizados durante os oito dias de viagem. Ela se transformou em prática educativa coletiva, a partir da qual a pedagogia se reconhece situada nos territórios e, além disso, conectada a eles, assim como às condições de vida ali presentes, com as quais interagimos criticamente. Portanto, pisar, cheirar, partilhar, ouvir, sentir e pensar criticamente os territórios se insere numa dinâmica formativa, na qual o texto escrito e o concreto vivido se conectam com a práxis educativa, na qual educadores e educandos se reconhecem como sujeitos políticos.

Desse modo, a expedição pedagógica perpassou três fases: a formação, que se refere aos antecedentes, estudos e preparativos da viagem; a vivência, etapa de realização da viagem; e, por fim, a avaliação, reflexão e elaboração que demarcaram novos inícios, implicando em contribuir com a formação de sujeitos reflexivos e dialógicos, que possam ser pesquisadores comprometidos com a produção do conhecimento em diálogo com os diferentes saberes produzidos pelas pessoas, considerando as realidades dos territórios.

A fase da formação abrangeu o sonho da expedição, iniciando-se no contexto do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Veredas Sol e Lares⁵, elaborado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em parceria com o Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, entre 2017 e 2022. A participação dos pesquisadores e estudantes da UFVJM nesse projeto revelou a necessidade de ampliar a percepção sobre o rio, seus povos e territórios. Entretanto, com a ocorrência do período de isolamento causado pela pandemia de Covid-19, o desenvolvimento do Projeto Veredas Sol e Lares precisou ser ajustado e a implementação da expedição foi adiada. Como um sonho sonhado não é esquecido, a experiência se concretizou a partir da prática interdisciplinar das viagens de campo fomentadas pelo PPGer.

A prática de viagens do PPGer possui caráter formativo e de extensão, direcionado a estudantes e professores em diálogo com povos e territórios de inserção da UFVJM. O curso tem-se constituído como uma estratégia pedagógica de conectividade e comunicação entre sujeitos, saberes, territórios e seus projetos de vida emancipatórios. Ele configura-se em momentos de atenção e de percepções, com promoção de reflexões que entrelaçam conceitos, valores e sentidos, confluindo para a formação de sujeitos críticos. Dessa forma, a prática de viagens é ancorada na premissa de inserção social do PPGer e da UFVJM em territórios de

⁵ Informações acerca do Projeto Veredas Sol e Lares estão disponíveis no site: <https://aedasmg.org/veredas-sol-e-lares/>. Acesso em: 23 mar. 2026.

abrangência, bem como no compromisso com a justiça social, em atenção à imposição de modelos hegemônicos que marginalizam, invisibilizam, excluem e expropriam populações. Desse modo, a viagem “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha: tecendo sabedorias” foi viabilizada, primeiramente, pela parceria realizada entre o Projeto Veredas Sol e Lares e o PPGer.

Ressalta-se que, financeiramente, a expedição foi possibilitada a partir de projetos de pesquisa e extensão coordenados pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG/UFVJM), a partir de recursos disponibilizados ao PPGer e ao PPGCH pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc/UFVJM). Isso ocorreu por meio do projeto “Educação do campo: saberes e práticas discursivas envolvendo letramentos, agroecologia e mineração” e pela Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH/UFVJM). Além disso, a expedição teve apoio de profissionais provenientes da Alemanha, sendo estudiosos da fenomenologia.

O roteiro inicial para o percurso da expedição foi planejado a partir do diálogo com egressos e estudantes do PPGer, que, por sua vez, são atuantes nos movimentos sociais presentes no território do rio. Na sequência, outros sujeitos colaboraram na elaboração do roteiro. Foram realizados diálogos com lideranças representativas de territórios, comunidades e movimentos sociais populares da bacia hidrográfica do rio, em especial com a CPT, o MAB, o Movimento Indigenista regional, o Movimento dos Povos de Terreiro, as Secretarias Municipais de Cultura dos municípios de Minas Novas/MG e Chapada do Norte/MG, as Organizações de Assessoria Técnica – Tingui, além de grupos e associações comunitárias.

Assim, a travessia pelos territórios do Jequitinhonha, da nascente à foz, fundamentada no ideal *el camino se hace al caminar*, constituiu-se como um exercício contínuo de atenção pedagógica, de percepção e de interação. Cada ponto de parada, cada território e cada comunidade favoreceram, dialogicamente, o desenvolvimento de ações integradas de ensino e extensão. Essa prática atencional, fundamentada nos pressupostos de Freire (1983) e Ingold (2020), materializou-se nas relações com as comunidades visitadas, como também na própria organização interna da expedição. Para garantir uma dinâmica coletiva e democrática na organização da viagem, foram instituídas oito comissões temáticas compostas majoritariamente pelos estudantes participantes, demonstrando como o processo educativo se desdobra também nas formas de autogestão.

Essa estrutura orgânica da viagem abrangeu desde dimensões logísticas – como hospedagem (comissão 1), transporte (comissão 4) e alimentação (comissão 6) – até aspectos

de toda diversidade de riquezas regionais, movimentos sociais que lutam pelo direito à terra, educação, moradia e por reparação aos danos causados por grandes empreendimentos.

Além disso, a expedição seguiu um roteiro cuidadosamente planejado, integrando saberes acadêmicos e comunitários, embora tenha-se demandado alguns ajustes devido às condições climáticas. As chuvas inviabilizaram o acesso à comunidade quilombola de Tocoíós, em Francisco Badaró/MG, e inviabilizaram a passagem pelas comunidades quilombolas do Baú, Ausente e Santa Cruz, no município do Serro/MG. Por outro lado, o percurso permitiu agregar lugares, como a Chapada do Lagoão, em Araçuaí/MG – região ameaçada por projetos de mineração –, ampliando, assim, o escopo de discussões acerca de conflitos territoriais.

A expedição iniciou-se no quilombo Raiz (Figura 2), em Presidente Kubitschek/MG, um território banhado pelo rio Santo Antônio do Leite, afluente da bacia do São Francisco e situado próximo às nascentes do rio Jequitinhonha. Embora fora da bacia do Jequitinhonha, o quilombo foi escolhido como marco simbólico do percurso devido à sua relevância sociopolítica no Alto Jequitinhonha. Em roda de conversa com moradores e artesãos da comunidade, foram compartilhados modos de vida, histórias e lutas pelo território. Nesse encontro, orientado pelos princípios da educação popular, o conhecimento emergiu do diálogo horizontal entre educadores e educandos, reconhecendo os moradores como sujeitos de saber e experiência (Freire, 1987).

Figura 2 – Caminhada pelo quilombo Raiz, em Presidente Kubitschek/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

O quilombo Raiz preserva práticas tradicionais, como o manejo sustentável das flores sempre-vivas, o artesanato em capim-dourado, a agricultura familiar e o uso de plantas medicinais, além de manter uma língua própria como estratégia de comunicação e resistência cultural. Em 2020, a comunidade recebeu da Organização das Nações Unidas (ONU), para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o reconhecimento como Sistema Importante do Patrimônio Agrícola Mundial (Sipam). Contudo, esse reconhecimento contrasta com desafios locais, como a ausência de regularização fundiária e o acesso limitado às políticas públicas, evidenciando as contradições entre valorização simbólica e garantia efetiva de direitos.

No segundo dia da expedição, a programação da expedição incluiu diálogos com o poder público, em uma visita ao Museu Casarão em Minas Novas/MG, conhecido popularmente como “Sobradão”. A visita ao museu destacou-se pela consistência das técnicas de construção utilizadas em 1727 para erguer, em estruturas de madeira e taipa, o primeiro arranha-céu de 4 andares das Minas Gerais e do Brasil Colônia. O diálogo sobre a história do Sobradão se conecta à relevância social e política do município de Minas Novas/MG desde o século 18. A instituição abriga coleções e histórias de diversas atividades do fazer, que remontam à memória e à história de profissionais do trabalho e da cultura material de Minas Novas/MG (Figura 3).

Figura 3 – Coletivo viajante no Museu Casarão – Minas Novas/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

Nota: a imagem acima, bem como todas as demais cujos rostos humanos aparecem, tiveram a divulgação autorizada mediante assinatura de “Lista de Presentes e Termo de Autorização” pelos respectivos integrantes do coletivo viajante.

Nos dias seguintes, o percurso conduziu o coletivo por diferentes territórios do Vale do Jequitinhonha, nos quais a aprendizagem se consolidou a partir da problematização da realidade vivida pelos sujeitos. Em Minas Novas/MG, a visita ao Museu Casarão revelou aspectos da história colonial e da cultura material da região. Em Chapada do Norte/MG, o encontro com os tamborzeiros – grupo de homens que tocam tambores, conduzindo os cortejos, tocando e cantando ao longo de seus trajetos – e a visita à Capela de Nossa Senhora do Rosário (Figura 4) evidenciaram a força da religiosidade e da cultura afro-brasileira, expressas na tradicional Festa do Rosário dos Homens Pretos.

Figura 4 – Diálogos na Capela de Nossa Senhora do Rosário – Chapada do Norte/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

Assim, no terceiro dia da expedição, o coletivo prosseguiu para Araçuaí/MG, onde os participantes vivenciaram a Feira Municipal da Agricultura Familiar (Figura 5), que revelou a diversidade de alimentos, artesanatos, músicas, cores e produtos que expressam a importância da agricultura familiar e camponesa na região, constituindo-se como espaço de comercialização, partilha de saberes, afirmação da identidade camponesa e de segurança alimentar.

Figura 5 – Visita à Feira Municipal da Agricultura Familiar, em Araçuaí/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

No distrito de Itira/MG, observou-se o encontro dos rios Araçuaí e Jequitinhonha, configurando um testemunho da relevância desses caminhos hídricos para a formação sociocultural da região. Seguindo viagem pelo município de Araçuaí/MG, a expedição chegou à aldeia indígena Cinta Vermelha Jundiba, território dos povos Pankararu e Pataxó, que se formou às margens do rio após processos de diáspora indígena de seus territórios originários. Nas cabanas, estabelecemos significativos diálogos com as lideranças, que compartilharam suas histórias, seus saberes e suas lutas por território e justiça socioambiental.

Em tempos de crise climática e colapso civilizatório, a experiência na aldeia Cinta Vermelha Jundiba revela-se como potente enfrentamento ao modelo capitalista de desenvolvimento. As estratégias ali cultivadas – reflorestamento da mata nativa, proteção das nascentes, produção de artesanato e formação de jovens indígenas para prosseguirem nas lutas em ambientes hostis – demonstram que os saberes populares e ancestrais apontam saídas coletivas para a crise que atravessamos. Enquanto o pensamento dominante insiste em soluções tecnocráticas, que mantêm a lógica da exploração, os povos tradicionais nos ensinam que o cuidado com a terra e com as águas não se separa do cuidado com as comunidades e suas memórias. A força desses conhecimentos, produzidos nas práticas culturais e comunitárias, reafirma-se como base legítima para a reflexão crítica e construção coletiva de outro futuro possível, enraizado na relação de reciprocidade entre os seres humanos e o mundo natural (Figura 6).

Figura 6 – Roda de conversa na aldeia indígena Cinta Vermelha Jundiba – Araçuaí/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

A expedição seguiu o percurso rumo à comunidade Córrego do Piauí, onde subiu a serra para conhecer a Chapada do Lagoão (em Aracuaí/MG) – região com fontes de nascentes de águas e com diversas comunidades quilombolas, ameaçada pela expansão de projetos minerários, especialmente o da extração do lítio. A estrada que nos conduziu à comunidade Córrego do Piauí margeia a mineração de lítio da mineradora Sigma, em pleno funcionamento e instalada a céu aberto. Essa foi uma vivência impactante, pois os efeitos nefastos de uma mineração a céu aberto são visíveis a todos, como a pilha de rejeitos, próxima à comunidade e quase às margens do rio Piauí, bem como as rachaduras nas casas, a utilização abundante dos bens hídricos da região, a poeira no ar, o barulho das detonações e do maquinário intermitente e os diversos danos materiais e imateriais, sendo eles socioambientais, aos modos de vida, à saúde pulmonar e psicológica dos moradores da região. Isso contrasta com o discurso “verde” da mineradora, que, com o apoio do poder público local e do Fundo Clima do BNDes, espolia os bens locais e os envia ao exterior.

Após contingências no pernoite em Itinga/MG, os dias seguintes foram dedicados a experiências ao longo do baixo Vale do Jequitinhonha. Na manhã do quarto dia de expedição, seguimos para a comunidade do Pasmado, ainda em Itinga/MG, às margens do Jequitinhonha. Ali, conhecemos o expressivo trabalho com o artesanato de barro, exposto nas barracas à margem da rodovia.

Adiante, seguimos para o município de Jequitinhonha/MG, de nome homônimo ao rio. Na cidade e às margens do Jequitinhonha, Geralda Chaves Soares⁶, do Movimento Indigenista regional e membra do coletivo viajante, pronunciou um depoimento acerca do genocídio de povos indígenas, promovido naquele lugar pelo governo colonial português, em 1808, e denominado “Guerra Justa” em prol de interesses coloniais. Por outro lado, contemporaneamente, o lugar é palco de resistências contínuas, em meio a diversos conflitos territoriais, motivados, de um lado, pela expropriação de povos de seus territórios e, por outro, pela intensa concentração de terras por parte de grupos de influência e de poder.

Na manhã desse dia, seguimos viagem para o assentamento de reforma agrária Campo Novo, ainda no município de Jequitinhonha/MG. O assentamento é uma referência histórica da luta do sindicato dos trabalhadores rurais da região, testemunha das conquistas da difícil construção da independência de classe no acesso à terra e à educação. A luta pela desvinculação do assistencialismo patronal dos latifundiários locais, as ameaças, a ocupação de terras pelos trabalhadores rurais, a produção agrícola e a construção da Escola Família Agrícola (EFA) Renascer sinalizam os desafios e as conquistas da organização dos trabalhadores. Durante a visita (Figura 7), vivenciamos os frutos do acesso de trabalhadores camponeses à formação na universidade pública brasileira. Nesse contexto, a EFA Renascer é coordenada por filhos dos assentados, egressos da Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc) tanto da UFVJM quanto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Figura 7 – Coletivo da viagem na EFA Renascer – Jequitinhonha/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

⁶ A divulgação de seu nome foi autorizada mediante assinatura de “Lista de Presentes e Termo de Autorização”.

No quinto dia de expedição, o coletivo viajante parou no município de Salto da Divisa/MG para um diálogo com as pessoas atingidas pela implantação da barragem de Itapebi/BA, que impactou tanto MG quanto a BA. Os relatos de pescadores e mulheres lavadeiras evidenciaram a grave violação de direitos socioambientais, caracterizada pela omissão deliberada de impactos críticos – como o alagamento da Cachoeira do Tombo da Fumaça, patrimônio paisagístico – e pela subestimação do número de famílias atingidas, aliada ao descumprimento de promessas de desenvolvimento local, de infraestrutura e turismo. Esse arcabouço foi acompanhado pela devastação dos meios de subsistência tradicionais (pesca, extração mineral, lavadeiras de roupas), com compensações ineficazes ou inexistentes, seguidas de indenizações irrisórias a extratores de pedra/areia e o fornecimento insuficiente de barcos para pescadores, que enfrentaram o colapso ecológico do rio por assoreamento e poluição.

Em virtude desse cenário de violência e abandono, diversas famílias continuam a luta por reparação no local. Algumas dessas famílias participaram de um movimento de ocupação urbana, enquanto outras, deslocadas, engajaram-se na luta por reforma agrária no assentamento Dom Luciano Mendes (em Salto da Divisa/MG), fundado em 26 de agosto de 2006. Articulados com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apoiados pela CPT, os acampados, ao enfrentar diversas adversidades, conquistaram a produção agrícola coletiva e a criação animal, desenvolvendo maior autonomia e fortalecendo comunidades vizinhas. A visita ao assentamento Dom Luciano Mendes revelou-se uma experiência rica, permitindo conhecer essa comunidade, paradigma de resistência e luta pelo acesso à terra no Vale do Jequitinhonha, conforme Figura 8.

Figura 8 - Assentamento Dom Luciano Mendes – Salto da Divisa/MG, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

O trecho final da expedição conduziu-nos ao litoral baiano, com passagem por Itapebi/BA e uma travessia de barco pelo rio Jequitinhonha até a terra indígena Tupinambá Encanto da Patioba. Posteriormente, prosseguimos até a aldeia Patiburi, no município de Belmonte/BA. No diálogo com as lideranças indígenas, fomos profundamente tocados pela presença viva dos povos originários na BA e por seu vínculo intrínseco com o rio – fonte de alimento, sustento e espiritualidade –, expressão de uma cosmovisão na qual rio e povo constituem um mesmo ser. O caminho até a aldeia Patiburi revelou-se um verdadeiro labirinto em meio ao chamado “deserto verde” dos eucaliptos e das pastagens. Ao chegar, compreendemos o motivo da cacique viver sob escolta judicial: as ameaças à sua vida revelam a dimensão dos conflitos agrários que atravessam aquele território. Ainda assim, fomos recebidos com generosidade. Ao partilhar alimentos, cantos e narrativas, o encontro revelou a dimensão da amorosidade e da afetividade como elementos constitutivos do processo educativo, baseado no respeito, no cuidado e na escuta sensível entre os sujeitos.

Em Belmonte/BA, chegamos ao final da tarde do sétimo dia. Sem tempo para banhos, nosso compromisso amparou-se frente aos povos de terreiro da Casa das Águas, que nos receberam com festa, tambores e a presença dos orixás, abençoando nossa chegada. Em perspectiva geral, o sentimento foi similar ao de retorno à casa da mãe após longa viagem: encontramos acolhimento, alimento para o corpo e para o espírito. Para muitos do coletivo, essa foi a primeira experiência em um terreiro; ali, preconceitos se dissolveram no encontro das águas do rio com o mar (Figura 9).

Figura 9 – Terreiro da Casa das Águas, em Belmonte/BA, 2024



Fonte: acervo pessoal da expedição pedagógica “Da nascente à foz do rio Jequitinhonha” – PPGer/FIH/UFVJM (2024).

Na Casa das Águas, território marcado pela autonomia e força dos povos de terreiro, testemunhamos como, apesar das tentativas de fazê-los e mantê-los como desiguais, seguem resistindo, ensinando-nos que o encontro das águas é também um encontro de lutas, memórias e esperanças. A colonização não apenas encontrou diferenças, mas as transformou ativamente em desigualdades, inferiorizando povos indígenas, negros e quilombolas, por meio da escravidão, perseguição religiosa, concentração de terras e exploração do trabalho. A imagem do “outro” como ser incompleto serviu para justificar violências e negar direitos ao longo da história (Arroyo, 2012; 2015). Ao adentrarmos o terreiro, porém, encontramos exatamente o oposto dessa narrativa: a potência viva de um povo que resistiu e sobreviveu às violências do Estado e à colonização patriarcal cristã. Os saberes ali presentes – nos tambores, nos rituais e na oralidade – não eram “matéria-prima” a ser superada pelo conhecimento erudito, mas conhecimento pleno, transmitido de gerações após gerações. A diversidade, ali, se afirmava como direito coletivo.

O oitavo dia escapou ao planejamento inicial. Em Belmonte/BA, sentimos que seriam necessários alguns dias complementares para apreender com maior profundidade os ritmos e sentidos daquele território onde o rio Jequitinhonha encontra o mar. Ainda assim, houve tempo para partilhar impressões, conhecer o mar – para muitos pela primeira vez – e dialogar sobre as transformações provocadas pelo represamento do rio em sua chegada ao oceano, evidentes no assoreamento, nos bancos de areia e nas mudanças no fluxo das águas.

Antes do retorno, fomos acolhidos pelas marisqueiras locais em sua associação, momento em que, entre conversas e um almoço coletivo, refletimos sobre a relação entre rio e mar e sobre os impactos dessas mudanças em seus modos de vida. Em seguida, iniciamos o retorno, com pernoite em Araçuaí/MG. A avaliação final ocorreu em Diamantina/MG, na UFVJM, e evidenciou o impacto da expedição nos processos formativos dos participantes. Mais do que um percurso territorial, a experiência consolidou-se como uma práxis educativa, que ampliou a compreensão acerca dos territórios do rio Jequitinhonha, suas desigualdades e resistências, semeando diálogos e novas possibilidades de ação coletiva.

Considerações finais

A expedição pedagógica pelo rio Jequitinhonha articulou práticas de ensino, pesquisa e extensão universitária, constituindo-se um processo de aprendizagem compartilhada entre pesquisadores, educadores, estudantes, profissionais e povos dos territórios percorridos. Inspirada pelos princípios da educação popular, a caminhada pelo rio revelou que o

conhecimento não se constrói de forma isolada ou hierárquica, mas no diálogo horizontal entre sujeitos que se educam mutuamente, mediados pelo mundo que habitam e transformam. Ao longo do percurso, os encontros, as rodas de conversa e as partilhas de experiências permitiram reconhecer os saberes populares como conhecimentos legítimos, produzidos nas práticas cotidianas de cuidado com a terra, com as águas e com a vida.

Além disso, o caminho percorrido evidenciou que as paisagens em torno do rio Jequitinhonha carregam as marcas profundas de um modelo de desenvolvimento hegemônico, historicamente sustentado pela intervenção do Estado e orientado pela lógica da exploração colonial da natureza e do trabalho. Desde o genocídio dos povos originários e a devastação das florestas para a expansão dos latifúndios e da mineração colonial, passando pela monocultura do eucalipto e seu “deserto verde”, até a construção de grandes barragens e, mais recentemente, a corrida global pelo chamado “ouro branco” – o lítio –, o Vale do Jequitinhonha é reiteradamente submetido a ciclos de expropriação que concentram riquezas fora do território e deixam, em seu lugar, desigualdades sociais e degradação socioambiental.

Nesse cenário, o percurso da expedição permitiu problematizar as contradições entre os discursos de progresso e os efeitos concretos desses empreendimentos sobre os modos de vida das comunidades. De modo geral, rios represados, pescadores sem peixes, territórios ameaçados pela mineração e chapadas transformadas em monoculturas evidenciam os limites de um modelo civilizatório que, ao romper os equilíbrios ecológicos e sociais, aprofunda a crise climática e anuncia o esgotamento de suas próprias bases de sustentação.

Contudo, se o Vale do Jequitinhonha guarda cicatrizes desse processo histórico, ele também revela a potência de seus povos e territórios. Quilombolas, indígenas, camponeses, artesãos, pescadores, marisqueiras e povos de terreiro seguem produzindo vida, cultura e alimento, sustentados por relações comunitárias e por práticas de cuidado com os bens comuns. Nesses modos de existir e resistir, encontram-se pistas e ensinamentos para imaginar outros futuros possíveis diante da crise civilizatória em curso. À luz da educação popular, essas experiências constituem não apenas formas de sobrevivência, mas práticas de emancipação e autonomia, nas quais o conhecimento nasce da realidade vivida e se orienta pela busca coletiva por justiça social e ambiental. Assim, caminhar ao redor do rio Jequitinhonha significou reconhecer que a educação é, inevitavelmente, um ato político, comprometido com a defesa da vida, dos territórios e dos direitos dos povos.

Desse modo, as sementes lançadas ao longo dessa travessia germinaram em múltiplos aprendizados sobre o território rio-povo e fortaleceram a compreensão de que as universidades públicas devem caminhar junto às comunidades e aos movimentos sociais. Mais do que um

percurso encerrado no tempo da viagem, a expedição permanece como convite e compromisso: seguir tecendo diálogos, aprofundando parcerias e somando forças nas lutas por um Vale do Jequitinhonha livre de opressões, onde o bem-viver se construa na partilha das águas, da terra e dos saberes.

Referências

- ALVES, V. O.; TEIXEIRA, M. G. C. Contribuições dos repertórios de ações coletivas na Organização das Populações Atingidas por Barragens: um estudo da Usina Hidrelétrica de Itapebi. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 28, n. 98, p. 674-707, 2021. DOI 10.1590/1984-92302021v28n9809EN. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/YQP6jJWfWSdpBR7c7McQcpy>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- ARROYO, M. G. O humano é viável? É educável? **Pedagógica**, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 21-40, 2015. DOI 10.22196/rp.v17i35.3052. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3052>. Acesso em: 16 mar. 2026.
- ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- COSTA, P. C.; GALIZONI, F. M. Hidrelétricas compensam? Uma análise do caso da UHE Irapé em Minas Gerais. **Desenvolvimento em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 43-67, 2022. DOI 10.51861/ded.dmvdd.3.073. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/dd/article/view/50497>. Acesso em: 27 mar. 2026.
- CUNHA, M. C. (org.). **Os direitos do índio: ensaios e documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DIAMOND, J.; JONES, L. S. **A path made by walking: process work in practice**. Portland: Lao Tse Press, 2004.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- FREITAS, G. F.; OLIVEIRA, M. L. R.; SOUSA, D. R. N. As transformações sócio-culturais acarretadas pelo reassentamento de famílias atingidas pela Barragem de Irapé no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 48, p. 38-47, 2013. DOI 10.14393/RCG144821063. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/21063>. Acesso em: 27 mar. 2026.

GONÇALVES, R. N. **Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha**: diretrizes gerais para a ordenação territorial. Salvador: MPO; IBGE, 1997. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95902.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2026.

INGOLD, T. **Antropologia e/ou como educação**. Petrópolis: Vozes, 2020.

LEITE, A. C. G. Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 60-81, 2014. DOI 10.54446/bcg.v4i1.146. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2515>. Acesso em: 16 mar. 2026.

LIMA, G. D. **Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha – Minas Novas/MG**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MARTINS, M. L. A Crise dos Negócios do Diamante e as respostas dos homens de fortuna no Alto Jequitinhonha, décadas de 1870-1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 611-638, 2008. DOI 10.1590/S0101-41612008000300007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/mv33Z39Lqhy7ksPCyKXGfXM/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2026.

MIRANDA, L. C. **Nos caminhos do Vale**: o (des) envolvimento no Jequitinhonha. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PEREIRA, L. **O município de Araçuaí**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1969.

RAMINELLI, R. **Imagens da colonização**: a representação do índio de Caminha a Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RIBEIRO, R. Mudando para continuar sendo: a organização dos Movimentos de Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha. In: ROTHMAN, F. D. (org.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. p. 85-121.

SANTOS, F. L. B. (org.). **Pedagogia da viagem**: Peru e Bolívia. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2018.

SERVILHA, M. M. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, D. M. O. **A arte de viver**: riqueza e pobreza no Médio Jequitinhonha: Minas Gerais – de 1970/1990. São Paulo: Educ, 2007.

SOARES, G. C. **Na trilha guerreira dos Borun**. 2. ed. Belo Horizonte: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2010.

SOUZA, L. L. **Mãos e pés na terra**: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

SOUZA, L. L.; STOCCO, A. F.; SULZBACHER, A. W. A criação do “Vale do Jequitinhonha”: análise da formação histórica e seu processo de regionalização. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 113-132, 2024. DOI 10.54446/bcg.v14i1.3111. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3111>. Acesso em: 16 mar. 2026.

Submetido em 18 de agosto de 2025.
Aprovado em 25 de fevereiro de 2026.